

HELENA CHAGAS



de Brasília

Ameaça da tesoura

• Cada dólar investido numa criança de até seis anos dá retorno de US\$ 7, diz um estudo do Banco Mundial recebido pela Secretaria de Assistência Social. Criança não é ativo financeiro, e saúde, educação e bem-estar são bens de valor incalculável. Se outros argumentos falharem, porém, quem sabe este convence os corações mais empedernidos a não cortar recursos da área social.

Antes do vendaval da crise energética, o social era a grande bandeira do governo neste ano pré-eleitoral. Agora, ninguém mais sabe. Embora, a esta altura, cálculos sobre a perda de arrecadação e o impacto do racionamento no orçamento ainda sejam puro chute, já se sabe que nem todo mundo na Esplanada vai ver a cor do dinheiro este ano.

A secretária de Assistência Social, Wanda Engel, não quer nem ouvir falar em corte de recursos em seus programas. O orçamento do Fundo Nacional de Assistência Social em 2001 é de R\$ 3,6 bilhões, seis vezes maior do que o de 1996. Somados aos R\$ 2,3 bilhões de renúncia fiscal, chega-se a quase R\$ 6 bilhões para a área.

Se a equipe econômica seguir a cartilha do Banco Mundial, vai pensar duas vezes antes de passar a tesoura. Trata-se de uma obviedade, mas confirmada pelos números de que os economistas tanto gostam.

O cidadão que tem atendimento médico preventivo e alimentação na primeira infância adoece menos e desenvolve melhor a capacidade de aprendizagem, reduzindo os gastos do Estado com remédios, internações e repetência escolar. Contribui para que se gaste menos em políticas de assistência a menores infratores. Cada menino infrator sob custódia do Estado custa R\$ 1.700 por mês ao poder público.

Gasto que, a médio prazo, pode ser sensivelmente reduzido se houver agora dinheiro para ampliar o atendimento de programas como a bolsa-alimentação, a bolsa-escola, a erradicação do trabalho infantil e o treinamento de adolescentes como agentes comunitários. Esse último projeto paga salário de R\$ 65 ao adolescente, que deve estar na escola e também executar tarefas na comunidade, cuidando de questões como preservação do meio ambiente, coleta de lixo, etc. Esse menino custa ao poder público mil reais. Por ano, e não por mês.

— O investimento na criança é absolutamente rentável — assegura Wanda.

Outra iniciativa que não pode minguar é o programa de erradicação do trabalho infantil para atender a mais de 800 mil crianças. Para Wanda, é preciso estancar o

movimento que vem levando cada vez um maior número de crianças das periferias dos centros urbanos a trabalhar, na maioria das vezes em situação de exploração ou em atividades ligadas ao tráfico e à prostituição.

— É no trabalho infantil que o ciclo da pobreza se reproduz — diz.

Quinze programas de ministérios diversos estão sendo reunidos no Projeto Alvorada — que tem orçamento de R\$ 13 bilhões até 2002 — para que possam ter um efeito de tratamento de choque nos 2.318 municípios mais pobres. São as localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

— O Alvorada é uma injeção na veia dos municípios mais necessitados — afirma a secretária, explicando que os programas vão além do atendimento básico de saúde e educação, incluindo capacitação de mão-de-obra, geração de renda, formação de agentes comunitários e até instalação de internet. O pobre, hoje em dia, também é infopobre.

O Alvorada gerou muita ciúmeira. Entre ministros, cada um querendo puxar a brasa para seu programa. E entre governadores, que, além de assumir como suas ações custeadas pelo governo federal, reclamaram da prioridade dada a municípios pobres do interior do Nordeste. Segundo esse ponto de vista, a pobreza maior hoje está é na periferia das grandes cidades.

Não é bem assim, discorda a secretária. O programa escolheu municípios com IDH abaixo de 500. Para se ter uma idéia, o bairro de pior nível de vida do Rio, segundo recente pesquisa da ONU, é Acari. Seu IDH é 546. Mais do que o dobro do município mais pobre do Brasil, São José da Tapera (AL).

— Perto dele, Acari é Hollywood — observa Wanda.

Daí a insistência em levar as ações a essas localidades. Quem tiver um nível de vida razoável por lá não vai migrar para a periferia de Hollywood.

Em São José da Tapera, em Acari ou em qualquer outro lugar, porém, será difícil convencer alguém de que, finalmente, o governo Fernando Henrique está preocupado com o social se esses programas estiverem na lista dos cortes.